

# Fernando de Noronha integrará Pernambuco

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte decidiu ontem, por 291 votos contra 85 e 30 abstenções, acabar com o território de Fernando de Noronha e reincorporá-lo ao estado de Pernambuco, resultado que apanhou de surpresa o próprio governador do território, o exportador palaciano, Fernando César Mesquita.

No momento em que se processava a votação eletrônica, o governador se encontrava na tribuna reservada aos jornalistas e comentava ser absurda a pretensão de Pernambuco. "O estado não tem dinheiro nem para atender às necessidades do seu território, como é que vai assumir os encargos da ilha?"

Pouco antes, havia sido votada outra emenda, visando também a extinguir o território de Fernando de Noronha, mas determinando a sua incorporação ao Rio Grande do Norte. "Isto não tem sentido", protestou o vice-líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE). "Fernando de Noronha nunca pertenceu ao Rio Grande do Norte, mas sim a Pernambuco." A emenda calou por 229 votos contra 122 e 43 abstenções.

A seguir, foi posta em votação emenda de José Moura (PFL-PE) e Nilson Gibson (PMDB-PE), apoiada por toda a bancada pernambucana, determinando a incorporação a Pernambuco. O deputado e ex-ministro do Interior Joaquim Francisco (PFL-PE) lembrou que Pernambuco expulsou de Fernando de Noronha os holandeses. "E não se justifica que o arquipélago, com 1.280 habitantes, receba do Fundo de Participação dos Estados 3,4 bilhões de cruzados. Isto significa uma dotação per capita de 2,3 milhões de cruzados, mil vezes a média de distribuição desse fundo por habitante no resto do País."

O deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) defendeu, porém, a necessidade de manutenção do arquipélago na órbita federal, para preservar sua riqueza ecológica.

Ao final da votação, alguns deputados, rindo, olharam para onde estava o governador Fernando César e fizeram sinais de adeus. Ele terá de deixar sua ilha assim que a nova Constituição for promulgada.



André Dusek

Por 291 votos a 85, Pernambuco recupera sua ilha

## Mesquita: "Tudo em ordem"

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Não existem irregularidades em Fernando de Noronha", garantiu ontem Fernando César Mesquita, o "governador biônico" da ilha — como ele mesmo se define. Segundo Mesquita, todas as obras realizadas em sua administração passam por processos licitatórios, "cuja correção é fiscalizada de perto". "As denúncias de corrupção são comuns, principalmente por parte de empreiteiras que perdem a licitação."

Fernando César Mesquita, jornalista, funcionário da Câmara dos Deputados e ex-porta-voz do Palácio do Planalto, assumiu o governo do território de Fernando de Noronha em agosto de 1987, por indicação do presidente Sarney. "A ilha estava arrasada", contou, justificando o fato de ter obtido naquela época Cz\$ 200 milhões do governo federal para a execução de obras consideradas essenciais. A partir daí, começou a implementação do "Projeto Fernando de Noronha", elaborado pela empresa Hidroservice a pedido do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) antes responsável pela administração da ilha.

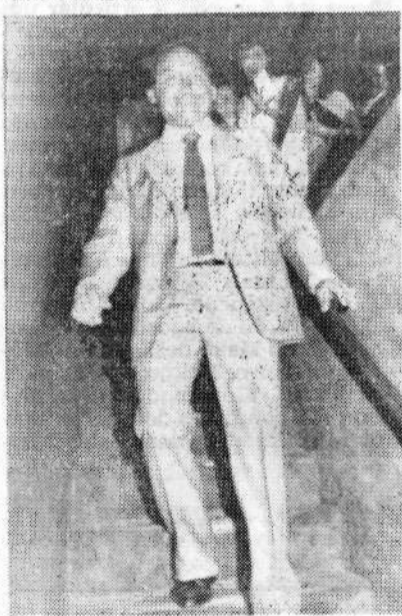
"Nós reduzimos temporariamente o turismo na região, até que haja infra-estrutura para o desenvolvimento da atividade de forma organizada", contou Mesquita. Segundo ele, a intenção do projeto é montar uma estrutura para que seja possível receber na ilha — que tem hoje 1.500 habitantes — 500 turistas por semana. O que se fez por enquanto, explicou, foi a recuperação de monumentos como o forte, de 1638, e a igreja, de 1772, que estavam em ruínas. Existe ainda um projeto para a recuperação do presídio, que deverá ser transformado em centro de cultura popular. Mesquita não soube informar o valor das obras, mas garantiu que elas estão sendo realizadas sem suplementação de verbas do governo federal.

### VERBAS

Este ano, Fernando de Noronha recebe, além dos Cz\$ 160 milhões previstos no orçamento da União, mais Cz\$ 1,5 bilhão do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Somente a ampliação do porto, cujo projeto está sendo elabora-

do pela Hidroservice, deverá custar cerca de Cz\$ 4 bilhões, informou o governador, sem explicar de que forma pretende solucionar a evidente falta de verba para a obra.

Também deverá ser ampliado o Aeroporto de Fernando de Noronha, cuja pista não permite a aterrissagem de grandes aviões, e a estrada que atravessa a ilha principal do arquipélago. As obras serão realizadas pela empreiteira Queirós Garcia, que venceu a concorrência pública promovida pelo DNER. "Eu não tenho experiência em concorrência e não quero envolver-me com empreiteiras, por isso delego o poder de fazer este trabalho a outros órgãos", disse Mesquita, acrescentando que fez um convênio com a Novacap, empresa estatal do Distrito Federal, para a administração das obras na ilha.



André Dusek

Fernando César Mesquita

De acordo com um decreto presidencial, o arquipélago de Fernando de Noronha foi dividido em quatro áreas: de preservação, conservação, restauração e uso e ocupação. Todas as obras realizadas ali devem ter um Relatório de Impacto Ambiental (Rima), aprovado pela Secretaria Especial de Meio Ambiente. Mesquita esclareceu que o aeroporto e a estrada ainda não têm o relatório aprovado porque os projetos estão em fase de elaboração.

## Arraes, contente com o presente

RECIFE  
AGÊNCIA ESTADO

O governador Miguel Arraes disse ontem em Recife que estava muito contente com o "presente" dado pela Constituinte. Arraes confessou, no entanto, que foi uma surpresa — ele não estava atento para a votação nem se esforçou pela conquista. O governador reconhece que terá dificuldades administrativas, mas acha que, no momento, isso é superado pelo acontecimento histórico: "Pernambuco sempre perdeu territórios (como o Estado de Alagoas e a comarca de São Francisco, para a Bahia), e agora vencemos. Ganhamos terras pela primeira vez", afirmou.

O fato de ter estado preso durante alguns meses na ilha, quando foi deposto do governo de Pernambuco pelo movimento militar de 1964, não o incomoda, diz Miguel Arraes: "Fui preso também em outros lugares. Não devemos ligar para essas circunstâncias".

Caso a Constituição só seja promulgada no dia 7 de setembro, segundo algumas previsões, Arraes terá de nomear um interventor para Fernando de Noronha, o 168º município pernambucano. O governador, bem ao seu estilo, não confirmou nem desmentiu se deixaria no governo da ilha o atual governador, nomeado pelo presidente José Sarney, Fernando César Mesquita. Para ele, a nova administração deve ser de "convergência" e "colaboração", acima de fatos políticos. Nos próximos dias o governador de Pernambuco deverá conversar sobre a ilha com o ex-porta-voz e ex-ouvidor do presidente da República.

Arraes é de opinião que a importância histórica da conquista poderá atrair investimentos e acredita que o governo federal tem a possibilidade de criar a lei para manutenção de Fernando de Noronha.

## Uma ilha de muita história

O território de Fernando de Noronha tem 72 km² de extensão, fica a 351 km de Recife e possui uma população de 1.280 pessoas. A ilha foi descoberta em 1503 pela expedição de Gonçalo Coelho que tinha Américo Vesputo como um dos seus navegadores. Anexada à Coroa de Portugal, o rei de Portugal entregou-a em 1532 a Fernão de Noronha, um comerciante português que negociava com pau-brasil.

Fernão de Noronha ou Noronha (os historiadores divergem quanto ao verdadeiro nome) nunca esteve na ilha, que era periodicamente visitada por expedições portuguesas ou piratas ingleses, franceses e holandeses. Em 1635, os holandeses, que haviam invadido e dominado quase todo o Nordeste, se apossaram da ilha. Derrotados em 1654, em Pernambuco, deixaram também a ilha, ocupada depois, no século XVIII, pelos franceses. A colonização portuguesa começou apenas em 1737. Em 1770, foi anexada à Capitania de Pernambuco e passou a ser utilizada como presídio. Em 1822, com a Independência, sua administração passou ao Ministério da Guerra e depois ao da Justiça. Em 1891, com a República, passou a ser parte do Estado de Pernambuco, e em 1942 voltou a pertencer à União, transformada em território federal. Durante o regime militar sua administração passou para o Estado-Maior das Forças Armadas. E já durante o governo Sarney foi transferida para o Ministério do Interior, com seu primeiro governador civil, o jornalista Fernando César Mesquita.